

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.629 - SC (2019/0051421-3)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADOR : FABRÍCIO ALMEIDA MÜLLER E OUTRO(S) - SC019125
AGRAVADO : F O O - MENOR IMPÚBERE
REPR. POR : I C O O
REPR. POR : J D A S G G D E O J
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

O Município de Itajaí interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *c*, da Constituição Federal, com o objetivo de reformar acórdão assim ementado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (fl. 172):

AGRAVO INTERNO (ART. 1.021 DO CPC/2015). DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL. DECISÃO MONOCRÁTICA PELA QUAL SE NEGOU PROVIMENTO E AO APELO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ E SE MANTEVE A SENTENÇA QUE DETERMINOU A DISPONIBILIZAÇÃO DE VAGA EM CRECHE. FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. GENITOR QUE TRABALHA EM HORÁRIO COMERCIAL. NECESSIDADE DA CRIANÇA PERMANECER NA ESCOLA EM PERÍODO INTEGRAL A FIM DE QUE A GENITORA POSSA LABORAR E COMPLEMENTAR A RENDA DA FAMÍLIA. RECORRENTE QUE NÃO DEMONSTRA O DESACERTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA E O SEU DESENCONTRO COM A JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA SOBRE O TEMA. DESPROVIMENTO.

APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015.

"Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor da causa devidamente atualizado (art. 1.021, § 4º). Note-se que nesse caso há dever de imposição da multa, na medida em que com isso o legislador busca resguardar a seriedade na interposição do recurso, evitando a proliferação de recursos meramente protelatórios ou temerários (trata-se, portanto, de técnica voltada não só à promoção da da boa fé processual, art. 5º, mas também a concretização do direito ao processo com duração razoável, arts. 5º, LXXXVIII, da CF, e 4º, CPC). Condenado o agravante, a interposição de qualquer outro recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º [...] (Curso de Processo Civil. v. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 538). (Agravo n. 4014585-87.2016.8.24.0000, de Fraiburgo, rel. Des. Pedro Manoel Abreu, Terceira Câmara de Direito Público, j. 6-6-2017)" (Agravo n. 0308349-68.2014.8.24.0038/50000, de Joinville, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, j. 3-10-2017).

Em suas razões especiais o recorrente aponta interpretação equivocada do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015 no tocante à multa, uma vez que o

tema em discussão não está pacificado no Tribunal *a quo*, existindo várias decisões concedendo a vaga em creche, no que não se trata de agravo temerário ou protelatório, invocando precedentes do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e do STJ que entende apoiarem sua tese.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 203), e o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial (fls. 205-207), ensejando a interposição do presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

No tocante ao dissídio jurisprudencial, verifica-se que, conforme a previsão do art. 255, § 1º, do RISTJ, é de rigor a caracterização das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, cabendo a quem recorre demonstrar tais circunstâncias, com indicação da similitude fática e jurídica entre os julgados, apontando o dispositivo legal interpretado nos arestos em cotejo, com a transcrição dos trechos necessários para tal demonstração. Em face de tal deficiência recursal, aplica-se o constante da Súmula n. 284 do STF.

Nesse sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E COMPENSATÓRIA POR DANOS MORAIS. ISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.

2. O reexame de fatos e provas em recurso especial são inadmissíveis.

3. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.002.220/BA, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 23/11/2017, DJe 4/12/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. CONVERSÃO EM URV. LEI 8.880/1994. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. INATIVOS E PENSIONISTAS. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA FESP RECONHECIDA PELO TRIBUNAL A QUO. INTERPRETAÇÃO DA LCE 1.010/2007. DIREITO LOCAL. SÚMULA 280/STF. ALÍNEA "C". DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. O Tribunal de origem analisou e aplicou a Lei Complementar Estadual 1.010/2007, reconhecendo, a partir daí, a ilegitimidade passiva da

FESP para as ações envolvendo pensionista e inativos, razão pela qual extinguiu o processo, sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC/1973.

2. Assim, ao adentrar na legislação local para decidir a lide, o Tribunal a quo acabou por afastar a competência do STJ para o deslinde do desiderato contido no Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 280 do STF.

3. Em relação ao dissídio jurisprudencial, destaco que a divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. É indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de caracterizar a interpretação legal divergente.

4. Recurso especial não conhecido.

(REsp n. 1.666.682/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 6/6/2017, DJe 19/6/2017.)

Da análise do recurso especial, além do fato de o recorrente não ter cumprido o respectivo dispositivo, observa-se que os acórdãos confrontados não possuem a mesma similitude fática e jurídica, uma vez que o acórdão recorrido trata de imposição de multa à consideração de que o agravo fora protelatório, enquanto que os supostos paradigmas cuidaram da questão de mérito acerca da vaga em creche.

Ademais, nos termos da Súmula n. 13/STJ, *"a divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial"*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator